OPINIÃO SOCIALISTA

O JORNAL DO PSTU
ANO X - EDIÇÃO 270
R$ 2 - DE 17 A 23/8/2006

COMEÇA CAMPANHA NA TV

COMO SE FABRICA UM CANDIDATO

PÁGINAS 6 E 7

GOVERNO QUER ATACAR O FUNDO DE PENSÃO DE PETROLEIROS

PÁGINA 5

RESPEITAR AS LEIS? UMA POLÊMICA COM ENTREVISTA DE HELOISA AO JN

PÁGINA 9

LÍBANO: UMA DERROTA PARCIAL DE ISRAEL

PÁGINAS 10 E 11

ESPETÁCULO – O BB registrou lucro líquido de R$ 3,8 bilhões no primeiro semestre, crescendo 96,4% sobre o mesmo período em 2005. Já os bancários do BB...

PÁGINA DOIS

TUCANO SANGUESSUGA – O deputado estadual Wagner Salustiano (PSDB-SP), recebeu R$ 15 mil da máfia dos sanguessugas em 2001 e 2002. É mais um tucano virando sanguessuga.

'PROTEÇÃO'

A quadrilha de corruptos que agia em Rondônia, e envolvia quase todos os deputados da Assembléia Legislativa do estado, tinha como uma das formas de desviar dinheiro a contratação de serviços de um pai-de-santo. As investigações constataram que a quadrilha realizava despachos de macumba para, supostamente, se proteger. Alguns eram feitos na Assembléia, fora do expediente, no gabinete de um parlamentar. Para pagar os serviços do pai-de-santo, um laranja foi incluído na folha da Assembléia, com salário de R$ 2,5 mil.

PÉROLA

"A única coisa que cai é o salário"

PRESIDENTE LULA em ato – não muito – falho em sua entrevista ao Jornal Nacional (JN - 10/08)

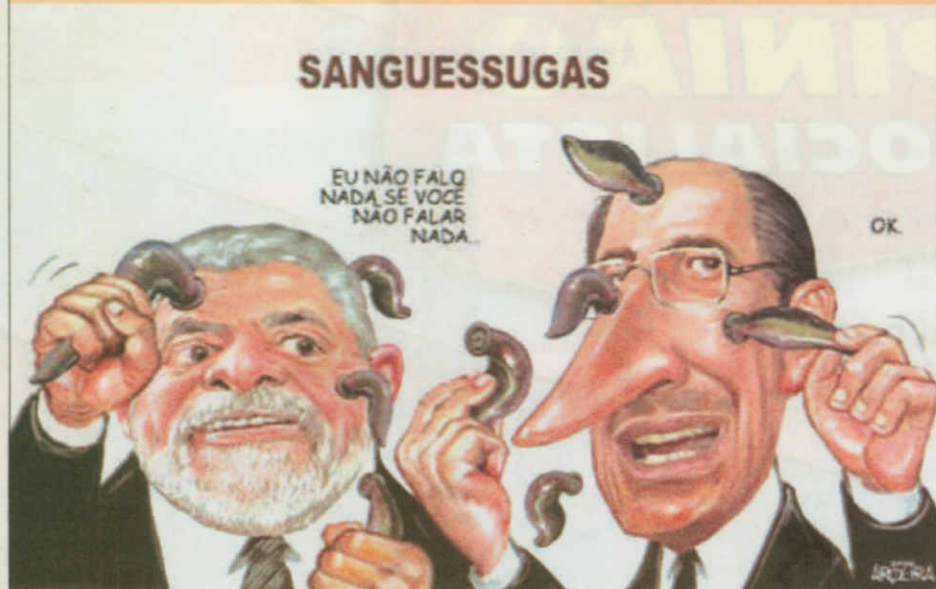
OLHA A CONTA

Pelo jeito, Lula terá que pagar muito alto pelo apoio do PMDB em um eventual segundo mandato. Os caciques governistas do partido, entre eles Sarney, estão pedindo quatro ministérios – Saúde, Educação, Transporte e Desenvolvimento. Além disso, querem ter o controle do BNDES. O PMDB calcula que terá mais deputados que o PT. Por isso, o preço do apoio é salgado.

CHARGE / AROEIRA

SANGUESSUGAS

EU NÃO FALO NADA SE VOCÊ NÃO FALAR NADA

OK

DA BOCA PRA FORA

A nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, alardeada por Evo Morales, ainda não saiu do papel. No último dia 11, o Ministério dos Hidrocarbonetos anunciou o adiamento do programa de nacionalização alegando falta de recursos para indenizar as empresas estrangeiras. Até mesmo o aumento dos impostos para a exploração dos hidrocarbonetos ainda não foi posto em prática. O governo nem mesmo realizou a auditoria para investigar os excessivos lucros das empresas, o que, uma vez comprovado, poderia diminuir ou suspender as indenizações. Sem cumprir suas promessas, Morales vê sua popularidade cair. De 81% em maio, foi para 75% em junho e 68% no mês seguinte.

PROTESTOS PEDEM RETRATAÇÃO

Diante da absurda nota da coluna Gente Boa, da edição de 5 de agosto, do jornal *O Globo*, que, de forma jocosa, ofende a trajetória de luta de Cyro Garcia, atual candidato a deputado federal pelo **PSTU**-RJ, foram enviadas centenas de mensagens de protesto para a redação. Além das que foram enviadas diretamente ao jornal, que lotaram a caixa postal do jornalista responsável, mais de 150 pessoas utilizaram o formulário disponível no portal do partido, para protestar. Mensagens vieram até da Venezuela, Espanha, Inglaterra e Suíça. Diante da pressão, na terça-feira, a coluna de *O Globo* publicou uma nota, que está bem longe de uma retratação, dizendo que Cyro ficou "chateado" com a nota original.

NOVOS VENTOS

Dois meses após a onda de manifestações dos estudantes secundaristas que balançou o país, a juventude chilena volta às ruas contra o governo de Michelle Bachelet. No dia 7 de agosto, manifestações radicalizadas de estudantes das comunas de Maipú e San Miguel, na periferia de Santiago, foram brutalmente reprimidas pela polícia. Ao mesmo tempo em que os estudantes iam às ruas, os mineiros da maior mineradora privada do mundo, a Escondida, entravam em greve. A mineradora é responsável por cerca de 8% de toda a produção de cobre no mundo.

VOLTA REDONDA

Força Sindical também quer criar sindicato fantasma

Depois da CUT governista, central pelega quer dividir os metalúrgicos

Emannuel de Oliveira, *de São Bernardo São (SP)*

Como se não bastasse o desrespeito da Articulação Sindical, corrente ligada ao Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ao tentar fundar o Siderúrgico, sindicato fantasma ligado à direção da CSN, a Força Sindical resolveu fazer o mesmo. Na semana passada, a Força Sindical (Farsa Sindical) publicou edital convocando assembléia para fundar o sindicato das montadoras, seguindo os passos da CUT na tentativa de destruir o sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda. É como diz o ditado: os pelegos se encontram.

No mesmo sentido, um membro da chapa 1 CUT (Artsind) entrou na justiça exigindo a anulação do pleito em que ficou em último lugar.

As ações tomadas pelas centrais pelegas têm como objetivo criar um vazio jurídico no sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda e, desta forma, impedir que a entidade tome as medidas cabíveis contra a divisão do sindicato. Até agora, a chapa vencedora ainda não tomou posse.

Quando fechávamos esta edição, a chapa 3 de oposição tinha se reunido e aprovado um plano na categoria contra a divisão do sindicato, com ato nas portarias da CSN e Volks e a formação de um comitê contra a divisão.

ATO NA PORTARIA DA CSN E VOLKS DIA 16

A oposição fará um ato na portaria da CSN e da Volkswagen. O ato contará com a participação de diversos sindicatos, entre eles o dos metalúrgicos de São José dos Campos. No ato também será criado um comitê contra a divisão do sindicato. Tal divisão é uma política da Artsind, que onde perde a eleição faz o mesmo, como ocorreu em São José dos Campos e Pirapora.

Um companheiro da Conlutas informa que o panfleto da chapa 3 (formada por membros da CSC, independentes e da Conlutas) foi bem aceito pelos trabalhadores, que estão repudiando a tentativa de divisão do sindicato dos trabalhadores de Volta Redonda.

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Gustavo Sixel e Mônica Biasi **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R.Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 321-3632
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Rua C, Quadra C, 27 - Morada do Bem Querer - Candeias
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
www.pstufortaleza.org
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cicero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul - CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506
Asa Sul - Brasília - DF
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro, nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 9244-9090
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2.519 - (91) 226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro
niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro
novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
ZONA NORTE - Av. Baltazar de Oliveira Garcia, 2669 Sala 205
(Esquina com Manoel Elias)
(51) 3024-3419
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.ig.com.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro
francodarocha@pstu.org.br
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2
Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica
(11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
www.pstu.org.br/altotiete
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SANTO ANDRÉ -Rua Oliveira Lima, 279 sala 5 - 2º andar
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.28455
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

OS MERCADORES DE ILUSÃO

As redes de televisão ignoraram boa parte da campanha das Diretas Já, contra a ditadura militar. Por uma imposição dos militares, os grandes atos não existiam no noticiário, ou então se reduzia sua importância. Até que a realidade se impôs, as TVs tiveram que recuar e noticiar o que estava acontecendo. Com as mobilizações do "Fora Collor" aconteceu a mesma coisa. Nos dois episódios, pode se comprovar que as redes de televisão, apesar de seu enorme poder, podem ser derrotadas.

Nesta semana começaram os programas eleitorais, em que os tempos das candidaturas do PT e PSDB serão muito maiores que os da Frente de Esquerda. Alckmin terá 10 minutos e 22 segundos. Lula terá 7 minutos e 21 segundos. Enquanto Heloísa terá apenas 1 minuto e 11 segundos, em cada um dos dois blocos diários de programas.

Essa medida antidemocrática favorece a falsa polarização eleitoral entre Lula e Alckmin, o que é o objetivo da grande burguesia. Entra em cena uma arma importante para a burguesia, em um momento em que essa polarização está claramente questionada. A candidatura de Heloísa Helena, da Frente de Esquerda, alcançou 12% das intenções de voto nas pesquisas, chegando a 23% na cidade do Rio de Janeiro. Existe neste momento uma alternativa perante Lula e Alckmin, que vai se construindo como uma terceira via, pela esquerda.

> **OS MARQUETEIROS, para fazer o povo acreditar que Lula 'não sabia' da corrupção. A campanha de Alckmin vai tentar demonstrar como ele 'solucionou' os problemas de segurança**

Com a TV entram em cena os marqueteiros, para fazer o povo acreditar que Lula não sabia de nada da corrupção, e de que ele é realmente um "pai dos pobres". A campanha de Alckmin vai tentar demonstrar como ele solucionou os problemas de segurança de São Paulo. Não se debatem idéias, se vendem candidatos, se tenta descaradamente enganar o povo.

É hora de fortalecer a campanha eleitoral da Frente pela base, para tentar encarar este novo desafio. A campanha de Heloísa vem aumentando até agora, e é necessário seguir este crescimento, enfrentando a desigualdade na TV. É possível fazê-lo, como se demonstra nos exemplos da campanha das Diretas e o Fora Collor.

É o momento, portanto, de combinar a campanha pela TV com o fortalecimento da mobilização pela base. Para isto é necessário fazer a campanha da Frente, ligada à luta contra a reforma trabalhista do governo e contra a nova reforma da Previdência que está sendo tramada.

É preciso combinar a luta eleitoral com a mobilização salarial que já se inicia em alguns setores chaves dos trabalhadores. O funcionalismo federal votou um plano de lutas, a partir de uma proposta da Conlutas. Existe em curso uma campanha salarial dos petroleiros por fora da FUP governista. Os bancários resolveram também chamar a um encontro nacional, que discutirá a possibilidade de encaminhar uma campanha salarial por fora da CUT. A combinação dessas mobilizações é uma vocação da Conlutas.

A campanha da Frente deve incorporar a luta direta dos trabalhadores em seus programas de TV, tanto as salariais como as contra a reforma trabalhista. Só assim poderá ser uma terceira via dos trabalhadores, contra as alternativas da burguesia.

OPINIÃO / ***MANCHA**, candidato a senador pela Frente de Esquerda em São Paulo*

Uma candidatura a serviço dos trabalhadores e da juventude negra

A população de São Paulo conviveu na última semana com mais uma série de atentados do chamado PCC (Primeiro Comando da Capital). Agora, além do terror cotidiano imposto pela polícia principalmente ao povo pobre e negro da periferia, os trabalhadores e a juventude têm que enfrentar os ataques aos ônibus, supermercados, e outros locais públicos lançados pela quadrilha.

A onda de atentados culminou no seqüestro de um repórter da TV Globo e na divulgação de um vídeo em cadeia nacional em que um suposto integrante do PCC condena o sistema carcerário. Cada vez fica mais claro que o verdadeiro responsável por toda essa situação de pânico é o próprio Estado brasileiro.

A miséria, a pobreza, o desemprego e a falta de perspectiva para uma ampla massa de jovens é um terreno fértil para o tráfico de drogas e toda sorte de criminalidade. Ao mesmo tempo, o sistema carcerário falido, que se transformou num imenso depósito de pobres, foi o estopim para a explosão do que a imprensa chama hoje de "crise de segurança pública". Mais uma vez, os culpados são os sucessivos governos que aprofundam a miséria e a repressão sobre o povo pobre, tratando os presidiários como animais e espalhando o pânico na periferia.

HIPOCRISIA

A crise deu pano para que o governo Lula tentasse faturar eleitoralmente. O governo, mais uma vez, ofereceu as tropas do Exército para enfrentar o PCC. O secretário de Segurança Pública do Estado, Saulo de Castro, por sua vez, afirmou que só aceitaria se fosse para o Exército vigiar os presídios e invadir as favelas. Instalou-se então uma guerra de declarações entre PT e PSDB e o que não faltou foi um show de hipocrisia de ambas as partes.

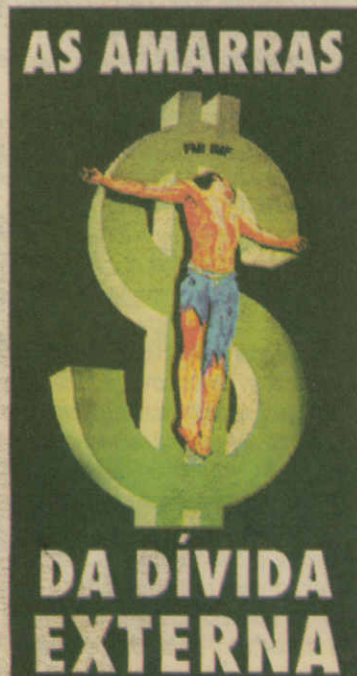
O governo Lula mantém e aprofunda uma política neoliberal que criou o atual estado de miséria em que estão confinados milhões de pessoas no país. Já Alckmin aplica essa mesma política em São Paulo, sendo o principal responsável pelo estado de calamidade dos presídios. Agora, assim como fizeram nos meses anteriores, vão se utilizar do seqüestro do jornalista da Globo para defender mais políticas de repressão para resolver a criminalidade. Mas essa política está falida, e não impediram a explosão da violência.

UMA CANDIDATURA A SERVIÇO DO POVO NEGRO

O crime organizado nada mais é que a outra face da burguesia, que explora e oprime jovens para seus negócios. Ao mesmo tempo, minha candidatura estará ao lado da juventude, dos trabalhadores, dos negros a serviço da luta contra a repressão do Estado e, principalmente, a serviço da luta contra as verdadeiras raízes da violência: o neoliberalismo, a miséria e a pobreza perpetuados pelo capitalismo.

A INDUSTRIALIZAÇÃO E O CAPITAL ESTRANGEIRO

ESTE É O QUINTO ARTIGO da série "As amarras da dívida externa". Nesta edição, trataremos do curto período democrático-burguês de 1946 a 1964, fase em que ocorreu o aprofundamento da industrialização no Brasil com forte presença do capital estrangeiro

***JOÃO VALENTIM**, do Rio de Janeiro (RJ), e **CRISTIANO MONTEIRO**, de São Paulo (SP)*

CONTEXTO NO FINAL DA SEGUNDA GUERRA

Com o final da Segunda Guerra, terminou o longo período de crise econômica e conflitos interimperialistas iniciado nas primeiras décadas do século 20, agora sob a hegemonia dos Estados Unidos, que emergiram como a grande potência industrial e financeira.

Essa nova configuração político-econômica do pós-guerra expressou-se nos acordos de Bretton Woods (1944), que resultaram na criação de duas instituições, o Fundo Monetário Internacional e o BIRD (Banco Mundial).

O dólar passou a ser a principal moeda para as transações internacionais e para compor as reservas cambiais dos países. Para isso, o governo dos EUA comprometia-se a garantir a troca de dólar por ouro a uma taxa fixa (1 onça de ouro = US$ 35). Em 1947, surgiu o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), para ampliar o comércio internacional e diminuir tarifas comerciais entre países.

PERÍODO DO IMEDIATO PÓS-GUERRA

Na primeira década após o final da guerra, a economia brasileira recebeu pouco capital estrangeiro. Esse período foi caracterizado economicamente pela reconstrução dos países atingidos pela guerra (Europa e Japão) e pela escassez de capitais no mundo.

Entre 1946 e 1955, os pagamentos de serviços (fretes, seguros, etc.), juros, lucros e amortizações foram maiores que os ingressos de capital estrangeiro somados ao saldo da balança comercial. A busca dos governos por financiamento externo esbarrou no desinteresse do governo dos EUA em emprestar dinheiro ao Brasil (mais preocupado em financiar a reconstrução européia e japonesa, para conter o ascenso revolucionário que varria esses países) e na pouca disponibilidade de capitais privados.

Como no período anterior (ver artigo passado), o governo foi obrigado a adotar um rigoroso controle de importações. Ainda assim, foi necessário recorrer a empréstimos internacionais compensatórios para garantir os pagamentos internacionais.

INDUSTRIALIZAÇÃO COM CAPITAL ESTRANGEIRO

Em meados da década de 50, após alguns anos de recuperação econômica e reconstrução do pós-guerra, seguiu-se uma fortíssima onda de exportação de capitais através da expansão internacional das multinacionais, que buscavam novas oportunidades lucrativas de investimento.

Nesse contexto ocorreu um grande salto no processo de industrialização brasileiro, que levou ao crescimento e à diversificação do parque industrial. Ao contrário dos períodos anteriores, a principal forma de penetração do capital estrangeiro foi através das empresas multinacionais.

A industrialização brasileira realizou-se quando o capitalismo já se encontrava em sua fase monopolista, na qual algumas multinacionais já controlavam grandes massas de capital e tinham acesso a tecnologias e escalas de produção inacessíveis ao capital privado brasileiro. O crescimento da dívida externa, a partir deste momento, esteve direta e indiretamente relacionado às necessidades financeiras e produtivas das multinacionais.

A burguesia brasileira optou por uma industrialização liderada pelo capital estrangeiro e apoiada em investimentos estatais em infra-estrutura e indústrias de base (petróleo, siderurgia, telecomunicações, etc.). A industrialização brasileira foi inserida no contexto da expansão das multinacionais a partir de meados dos anos 50.

MONTAGEM DE ALTO FORNO DA CSN EM 12 FEVEREIRO DE 1944

(...) tratamos mais assuntos de importância. Ficou muito satisfeito quando mostrei o telegrama do nosso embaixador em Washington informando que fôra concedido, em boas condições, o crédito de 20 milhões para o crédito da siderúgica dado pelo Import and Export Bank (...). Diário de Getúlio Vargas, 30 de agosto de 1940 – Fonte CPDOC/FGV

Conformou-se um novo tipo de dependência, baseado em uma nova divisão internacional do trabalho, na qual as multinacionais instalam-se no interior da economia nacional e produzem centralmente para o mercado interno. A influência político-econômica passa a ser centralmente exercida dentro das fronteiras nacionais, ao invés de ser basicamente externa.

O PLANO DE METAS E O ENDIVIDAMENTO EXTERNO

O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek incentivou amplamente a vinda de empresas estrangeiras para o Brasil. O capital externo instalou-se nos principais ramos da indústria brasileira, como os setores mecânico, químico, elétrico, automobilístico, etc.

Nesse período, a dívida externa voltou a crescer aceleradamente, mas com um perfil diferente, vinculado aos investimentos das multinacionais. Estas participavam direta e indiretamente cada vez mais dos empréstimos e financiamentos externos. O tipo de dívida que mais cresceu foi o financiamento de fornecedores a importadores – principalmente as grandes empresas. Um tipo basicamente privado de dívida externa, embora realizado (minoritariamente) também pelo setor público.

Outras modalidades de endividamento foram os empréstimos diretos e os créditos das agências governamentais (principalmente o Eximbank) e dos organismos internacionais (FMI e BIRD) destinados a financiar as importações e à manutenção das reservas cambiais para garantia dos pagamentos ao exterior.

Em síntese, o crescimento da dívida externa (pública e privada) a partir de meados dos anos 50 serviu principalmente para financiar a implantação das grandes multinacionais no Brasil. Com isso, a dívida externa voltou a crescer significativamente – em 1961 (US$ 2,84 bilhões), já era o dobro de 1955 (US$ 1,45 bilhões).

O PROBLEMA DAS REMESSAS

As conseqüências do aumento do peso do capital estrangeiro não demoraram a surgir. Em 1962, iniciou-se um período de recessão e de diminuição dos investimentos externos. Como resultado dos investimentos e empréstimos estrangeiros dos anos anteriores, intensificaram-se as remessas de juros e lucros ao exterior, assim como aumentaram os pagamentos de amortizações das dívidas.

Essa questão tornou-se tão crítica que um dos principais pontos programáticos do movimento operário naquele período foi a luta contra as "perdas internacionais", expressas principalmente nas remessas de lucro, mas também nos pagamentos dos serviços da dívida externa.

O governo João Goulart, para lidar com as restrições externas, buscou o FMI, mas este órgão lhe negou apoio. No início de 1964, o presidente é levado a regulamentar a Lei 4.131 (conhecida como lei da remessa de lucros), com artigos que obrigavam o registro de todo capital estrangeiro e limitavam o envio de lucros ao exterior.

Em março do mesmo ano, ocorreu o golpe militar e pouco depois foram revogados os artigos mais incômodos ao capital estrangeiro. O FMI concedeu todo apoio às políticas econômicas do regime militar, que levaram a um novo salto na integração da economia brasileira ao imperialismo, expresso num crescimento sem precedentes da dívida externa.

PRÓXIMO ARTIGO DA SÉRIE:
A DÍVIDA EXTERNA E A DITADURA

REPACTUAÇÃO FAVORECERÁ CAPITAL ESTRANGEIRO

GOVERNO QUER ALTERAR fundo de pensão dos petroleiros para beneficiar acionistas da Petrobras. E a FUP aceita.

MARCOS MARGARIDO,
de Campinas (SP)

Uma nova palavra faz parte do vocabulário do movimento social – a repactuação.

Em torno dela a consciência de milhares de petroleiros da Petrobras está sendo disputada, para que decidam se são a favor ou contra as mudanças de seu fundo de pensão, o Petros.

De um lado a Petrobras, o governo Lula e – sinal dos tempos – os dirigentes da FUP (Federação Única dos Petroleiros) e dos sindicatos governistas. De outro, várias associações de aposentados, a maioria dos conselheiros eleitos do Petros, a associação dos engenheiros, os sindicatos de oposição e ativistas de todas as bases do país, que estão provocando uma verdadeira reorganização do movimento petroleiro.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Esta disputa não é recente. Ela teve início com a reforma da Previdência, no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, por meio da qual a Previdência Social tornou-se uma fonte de recursos para a capitalização dos negócios privados.

Em outras palavras, as grandes somas depositadas na conta da Previdência devem servir para impulsionar os investimentos capitalistas e não para manter um fundo de assistência aos aposentados. Para isso, a aposentadoria por tempo de serviço foi substituída pela aposentadoria por idade. Limitou-se ao máximo a aposentadoria especial e instituiu-se o fator previdenciário, entre outras medidas destinadas a aumentar o tempo de trabalho e de contribuição e reduzir o tempo e o valor dos benefícios.

OS FUNDOS DE PENSÃO

Para os fundos de pensão foi aprovada a Emenda Constitucional nº 20, que desobriga as estatais de sua manutenção financeira e transfere todos os riscos ao segurado. Instituíram-se os chamados planos de contribuição definida (CD) em contraposição aos planos existentes, de benefício definido (BD).

No plano CD, o trabalhador e a empresa fazem depósitos iguais numa conta individual, um tipo de poupança. Esta – com o rendimento da aplicação do dinheiro – será utilizada para pagar seu salário na aposentadoria. No plano BD, há uma conta única para todos os trabalhadores, utilizada para complementar o valor do benefício do INSS recebido pelo aposentado. No plano CD, a contribuição é conhecida, mas não o valor do benefício, enquanto no plano BD o valor do benefício é definido, equivalente a 90% do salário que o trabalhador recebia na ativa.

Como o plano CD não compensa reduções dos benefícios pagos pelo INSS e depende do rendimento obtido com a aplicação do dinheiro (muitas vezes investido no cassino das instáveis bolsas de valores), o trabalhador assume todos os riscos e sua aposentadoria poderá ser bem menor que o salário recebido na ativa. Já o plano BD sempre complementa o benefício pago pelo INSS, cabendo à patrocinadora a obrigação de cobrir possíveis déficits.

A PRESSÃO DA PETROBRAS

Como os fundos de pensão são anteriores à emenda constitucional, é necessária a concordância (ou repactuação) dos trabalhadores para a mudança do plano BD para CD.

Para isso, a Petrobras está lançando mão de todos os meios para amedrontar os petroleiros, desde inviabilização do plano e ameaça de aumento dos descontos em 68 % até a possibilidade de falência da própria empresa.

O mais revoltante é a oferta de R$ 15 mil, por solicitação da FUP, para aqueles que aceitarem a repactuação. Assim, a Petrobras e os governistas da FUP transformam o suborno em política pública, convertendo as relações trabalhistas num vale-tudo que nada deve à prática do mensalão.

O LUCRO ACIMA DE TUDO

Tão grande interesse da Petrobras, que pretende atingir a meta de 95% de contratos repactuados até o fim de agosto, está diretamente relacionado à política econômica da atual administração petista. O governo Lula definiu a busca da lucratividade como o objetivo prioritário da estatal, acima da segurança do trabalho e do desenvolvimento nacional.

A empresa hoje está entre as mais generosas do mundo na distribuição dos dividendos do lucro a seus acionistas. Atualmente, 60% das ações da Petrobras estão em mãos privadas, das quais mais da metade são negociadas nas bolsas de Nova Iorque e Madrid.

Assim, a empresa passa a sofrer pressão e influência dos acionistas privados, que exigem o retorno de seu investimento com segurança e rentabilidade máximos, isto é, a valorização das ações em seu poder. Isso passa pela substituição do atual plano Petros BD, que gera despesas adicionais à empresa, em benefício dos trabalhadores e não dos acionistas. Em outras palavras, a repactuação é mais um passo na gradual privatização da empresa.

A Petrobras não está sozinha. Outras estatais, como a Caixa Econômica, os Correios e o Metrô de São Paulo tentam a mesma mudança nos fundos de seus empregados. Portanto, longe de se tratar de uma ação necessária para sanear o Petros, como alega a Petrobras, é parte da política do imperialismo para aprofundar os ataques aos trabalhadores de todo o mundo.

MAIS EXPLORAÇÃO

A empresa não ataca apenas os direitos dos petroleiros. A busca do lucro máximo fez com que a Petrobras passasse a explorar mão-de-obra mais barata em países da América Latina (como Bolívia e Equador) e da África, e praticar a extração acelerada de petróleo para exportação, aproveitando-se dos altos preços no mercado internacional.

Essa política tem gerado recordes sucessivos de lucro a cada ano e é alardeada como a conquista da auto-suficiência, mas pode significar a redução dos já poucos 17 anos e meio de vida útil de nossas reservas.

A face mais cruel da busca do lucro é a exploração de 155 mil petroleiros terceirizados em todo o país, que recebem salários médios de R$ 700, contra R$ 5 mil dos 54 mil petroleiros diretos. Além de não receberem PLR, nem participarem do fundo de pensão.

A luta contra a repactuação deve caminhar junto com a luta pela nacionalização sem indenização do petróleo em toda a América Latina e pelo fim da terceirização, com a absorção da mão-de-obra pela Petrobras.

ME ENGANA QUE EU VOTO

JEFERSON CHOMA, da redação

Nessa semana começou o programa eleitoral na rádio e na TV. Apoiados numa tremenda máquina eleitoral, os dois maiores partidos nas eleições (PT e PSDB) terão um tempo muito maior do que o da Frente de Esquerda. Isso sem contabilizar o que eles já têm tradicionalmente na grande imprensa e nas suas campanhas publicitárias de seus governos.

Mais uma vez, eles vão jogar com um componente fundamental que marcou outras eleições: a manipulação da população através de gigantescos aparatos de marketing eleitoral, pagos a peso de ouro.

O que move essas campanhas é o dinheiro dos banqueiros e grandes empresários, que pagam milhões aos marqueteiros de plantão. Com base em pesquisas diárias e na formação de grupos de opinião, esses marqueteiros descobrem o que os eleitores querem ouvir. A partir daí, definem-se os programas que vão ao ar, qual o discurso e a postura que o candidato vai apresentar, para se identificar com os desejos dos eleitores. Trabalha-se um candidato como um produto a ser "vendido" no mercado, como uma espécie de sabão em pó.

As eleições são transformadas numa farsa. Subitamente, quem sempre foi corrupto se torna honesto, quem sempre defendeu os ricos e poderosos, num passe de mágica, se transforma em defensor dos pobres e oprimidos.

O documentário Bolívia: história de uma crise, em cartaz nos cinemas, mostra os bastidores da campanha de Sanchez de Lozada, em 2002, para a presidência daquele país. Os marqueteiros, importados dos EUA a peso de ouro, conseguiram a façanha de eleger Lozada. O candidato, que seria deposto pelos mineiros e indígenas seis meses depois, conseguiu convencer o eleitorado de que seu "plano" iria reconstruir a economia da Bolívia e acabar com o desemprego. Isso mesmo sendo completamente vendido ao governo dos EUA e falar com sotaque norte-americano, por ter sido educado neste país.

Aqui no Brasil, o marketing eleitoral ganhou importância na virada dos anos 90, constituindo-se uma peça importante da democracia burguesa. Foi nessa época que Collor, verdadeiro símbolo da corrupção, chegou à presidência impulsionado pela Rede Globo, a partir da repetição exaustiva de sua imagem vinculada a um "jovem e moderno caçador de marajás, com disposição e força, para defender os descamisados".

Duda Mendonça elegeu Maluf, um notório corrupto, como um "político que faz". Depois elegeu Pitta e a seguir... Lula.

Nesta semana, quando a propaganda eleitoral entra em cena, é importante conhecer um pouco sobre sua história e métodos para que também possamos combatê-los. Também vamos apresentar nossa forma de fazer campanha na TV, utilizando esse espaço para fortalecer a luta dos trabalhadores.

Nas eleições, subitamente, quem sempre foi corrupto se torna honesto, quem sempre defendeu os ricos e poderosos, num passe de mágica, se transforma em defensor dos pobres

PSTU NA TV, SEM PROMESSAS

GUSTAVO SIXEL, da redação

A campanha do **PSTU** na TV e no rádio não tem promessas nem planos mágicos de salvação. Em vez de usar efeitos especiais e demagogia para pintar um mundo cor de rosa, o partido usa seu tempo para tentar desenvolver a consciência dos trabalhadores e apoiar as lutas. Assim, além de apresentar uma alternativa para as eleições, através de seus candidatos e de Heloísa Helena, o partido usará o tempo para denunciar os ataques aos direitos dos trabalhadores, que tanto Lula como Alckmin escondem, mas pretendem fazer.

No Rio de Janeiro, por exemplo, Cyro Garcia, candidato a deputado federal, usará o seu primeiro programa para atacar a vida boa dos banqueiros no governo do PT. *"Até Lula reconheceu. Só o salário é que caiu"*, diz Cyro, em uma referência ao ato falho do candidato-presidente, em sua entrevista ao Jornal Nacional. Cyro termina a fala convocando a assembléia dos bancários. Em outros programas e nas poucas inserções a que terá direito, Cyro também denunciará a reforma sindical e trabalhista.

Outros temas também serão abordados. Em São Paulo, Mancha, candidato ao Senado pela frente, irá denunciar a invasão de Israel no Líbano e chamar a luta contra o massacre. A cidade, com uma grande comunidade árabe, já foi palco de dois grandes protestos, o último, com cerca de 5 mil pessoas. No Mato Grosso do Sul, o primeiro programa do partido também será dedicado ao tema.

O partido irá destacar a luta contra a opressão. A candidatura de Mancha, negro e operário, contrasta com as dos demais candidatos de São Paulo, como a do empresário Afif Domingos. A luta contra a opressão e o preconceito também estará expressa em diversas candidaturas pelo país, como a de Dayse Oliveira, para o Senado, pelo Rio de Janeiro. Em seu primeiro programa, nesta quarta, 14, Dayse defenderá a política de cotas para negros e negras, como uma das medidas contra a discriminação: *"O Estado tem uma dívida com o povo negro. Basta de racismo!"*. Os programas de Dayse e o de Vanessa Portugal, candidata ao governo de Minas, usarão ainda a frase *"Agora é que são elas"*, aparecendo ao lado da candidata da frente à Presidência, Heloísa Helena, e denunciando sanguessugas e mensaleiros.

POUCO TEMPO

Não é só no conteúdo que a campanha do **PSTU** será diferente. O tempo do partido e da frente será bem pequeno. Enquanto a população será obrigada a ver Alckmin em cinco inserções diárias, a maioria dos programas do **PSTU** não ultrapassa os 20 segundos. Por conta da legislação antidemocrática, em muitos locais os candidatos falarão apenas 6 segundos, algo que levaria ao pânico qualquer marqueteiro da burguesia. Não ao **PSTU**. Pode-se até dizer que o partido já está acostumado a isso. Em 10 anos de propaganda na TV, o partido aprendeu a transmitir a sua mensagem em poucos segundos. Em um terreno que não é seu, tem conseguido usar de criatividade para denunciar os ataques aos trabalhadores, apresentar uma alternativa nas eleições e afirmar que só a luta muda a vida.

WWW.PSTU.ORG.BR
Programas de TV do **PSTU**.

BONS E MAUS EXEMPLOS

Nas discussões com a Frente de Esquerda a distribuição dos tempos de TV entre os partidos para os candidatos a deputados não tem sido tranqüila. Existem bons exemplos de convivência, como em Minas Gerais em que o tempo foi dividido igualitariamente entre o **PSTU** e PSOL, os dois partidos da frente no estado. Ou ainda no Rio de Janeiro, em que o tempo para candidatos a deputados federais foi dividido em quatro partes iguais, privilegiando os dois deputados atuais do PSOL, e os candidatos do **PSTU** e PCB. Esses bons exemplos não foram seguidos no Rio Grande do Sul, em que o PSOL quis de 80 a 90% do tempo para federais e estaduais, em uma postura hegemonista e burocrática, que levou à ruptura de Frente nas candidaturas a deputados. Quando fechávamos esta edição, não havia ainda acordo para a divisão dos tempos em São Paulo, com uma ala do PSOL querendo também impor uma postura hegemonista.

A ARTE DO ENGANO

WILSON H. SILVA, da redação

O objetivo fundamental desses marqueteiros é mexer com a sensibilidade e percepção do público, ao contrário de levá-lo à reflexão e ao raciocínio. Não se trata de defender um programa, mas emocionar o público e fazer com ele se identifique com o candidato.

Por mais que os atuais marqueteiros dos partidos burgueses neguem, o "inspirador" de todos eles é Joseph Goebbels, o todo poderoso Ministro da Educação do Povo e da Propaganda do regime Nazista, que ajudou a levar Hitler ao poder.

Conhecido por sua frase "uma mentira muitas vezes repetidas, torna-se verdade", Goebbels utilizou-se de todos os meios de comunicação que tinha à mão – rádio, televisão, cinema, cartazes etc – para consolidar as bases do nazismo.

Hoje, esta técnica é usada como mecanismo fundamental da democracia burguesa. Tendo a sua disposição todo dinheiro e tecnologia possível, os marqueteiros do PT, PSDB e todo o resto da corja seguem à risca essas orientações e "leis", partindo do princípio de que *"toda a habilidade da propaganda consiste em fazer-nos acreditar"* que os candidatos *"não somente defendem nossos interesses, mas também endossam nossas paixões, nossos cuidados, nossas esperanças"* (Armando Sant'Anna). Isso é feito com alta tecnologia e com formatos que têm como propósito ganhar o público mais pela emoção do que pela razão.

MARQUETEIROS FATURARAM COM OS GOVERNOS DO PT E PSDB

JEFERSON CHOMA, da redação

Os marqueteiros são mercenários da política: trabalham para quem paga mais. Seus salários são milionários, mas a real recompensa começa com a vitória de seus candidatos. Foi assim com Duda Mendonça que, depois de ajudar a eleger Lula, assumiu o controle, em 2003, de bilhões em verbas publicitárias governamentais.

João Santana e Luiz Gonzáles, marqueteiros de Geraldo Alckmin e de Lula, são atualmente responsáveis pelas propagandas dos governos de São Paulo e do governo federal. Nesse período aproveitaram para faturar alto em contratos de publicidade.

O jornalista João Santana, marqueteiro do presidente Lula, foi sócio da A2CM Limitada, a empresa que Duda Mendonça utilizava para fazer suas campanhas com dinheiro clandestino. A empresa só foi desfeita em 2003. Depois da saída de Mendonça do governo, em meados de julho de 2005, devido as suas declarações na CPI dos Correios de que recebeu pagamentos pela campanha de 2002 em paraísos fiscais, Santana foi conduzido ao Planalto pelo então ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e assumiu a publicidade institucional do governo. Sua estratégia na campanha de Lula é passar longe do escândalo do mensalão. Santana também conduziu Eduardo Duhalde – ex-presidente argentino – ao Senado do país.

Gonzáles, responsável pela campanha de Alckmin, por exemplo, ganhou com a sua agência Lua Branca R$ 25 milhões em 2005, em uma licitação promovida pela Secretaria de Comunicação do governo paulista. O valor representa mais da metade dos recursos pagos pela pasta da Comunicação em 2005, que alcançaram cerca de R$ 44 milhões.

Na mesma licitação, uma conta de publicidade, no valor de R$ 23 milhões, foi vencida pela agência DPZ, que acabou sub-contratando a produtora de vídeo GW Comunicação, da qual Gonzáles é sócio. O valor deste subcontrato não é informado.

Na campanha de Alckmin, o marqueteiro vai enfocar a faixa do eleitorado mais pobre, onde o tucano tem os piores desempenhos nas pesquisas.

Gonzáles foi o responsável pela histórica vitória de Mário Covas sobre Paulo Maluf em 1998. Também trabalhou nas campanhas de Fernando Henrique em 1998, na de Alckmin em 2002 e na de Serra ao Senado em 1994 e à prefeitura paulistana, em 2004.

Além disso, os partidos utilizam escandalosamente a máquina do Estado para beneficiar seus candidatos. Em São Paulo, o governo do PSDB aumentou suas inserções publicitárias e está gastando R$ 50 milhões em propaganda. Nacionalmente, o governo Lula prevê gastar R$ 1.143 milhão em publicidade para promover o pífio crescimento da economia e tentar ajudar os candidatos do PT.

Duda Mendonça

DE GETÚLIO AO CAFÉ COM O PRESIDENTE

WILSON H.SILVA, da redação

Na esteira das práticas nazistas, o primeiro político a se utilizar de forma ampla e sistemática da propaganda política foi Getúlio Vargas, na década de 30. Apoiado em seu Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, Vargas fez do rádio um instrumento poderoso para divulgação não só de suas idéias e políticas, como também para tentar impor o ideário "nacionalista" e "anticomunista" do Estado Novo.

Nas décadas seguintes e, principalmente, a partir da chegada da TV, na década de 50, a utilização dos meios de comunicação para a propaganda eleitoral ganhou importância crescente. Fato que não escapou aos ditadores que, apesar de terem controle completo sobre os poucos e farsescos processos eleitorais que conduziram, ainda vetaram a propaganda eleitoral.

Nos EUA, um dos primeiros a utilizar a propaganda de forma ostensiva foi o presidente Roosevelt, durante a chamada Grande Depressão. Cercados por uma situação de desespero e miséria, os assessores do presidente norte-americano criaram o programa radiofônico "conversas ao pé do fogo", no qual o presidente se dirigia à população como um "igual", um "amigo" com o qual o povo poderia compartilhar suas aflições e expectativas. Qualquer semelhança com o programa "Café com o presidente" do governo Lula não é mera coincidência.

SERVIDORES VÃO À LUTA CONTRA ATAQUES DO GOVERNO

FOTO ROOSEWELL PINHEIRO / AG. BRASIL

SINDICATOS do funcionalismo aprovam plano de lutas contra as medidas provisórias de junho e já preparam a campanha salarial do próximo ano

DA REDAÇÃO

A Plenária Nacional realizada pela Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Cnesf) no dia 6 de agosto em Brasília aprovou um plano de lutas *(veja o box)* com os seguintes eixos: contra os recentes ataques desferidos pelo governo Lula através das malfadadas Medidas Provisórias, por negociações efetivas e por mais recursos na LDO para o atendimento das reivindicações dos servidores. O eixo da Cnesf foi aprovado a partir de um manifesto proposto pela Conlutas e aprovado pelas assembléias setoriais no dia anterior à Plenária, que reuniu 130 servidores de todo o país, entre delegados e observadores.

RETROCESSO SEM PRECEDENTES

Publicadas pelo governo no final de junho, as MP's deveriam cumprir os acordos realizados com os servidores durante a campanha salarial de 2005. No entanto, ao contrário disso, elas trazem inúmeros retrocessos aos direitos da categoria. O parco reajuste garantido se dá através de gratificações produtivistas, o que, além de propiciar o recrudescimento do assédio moral nos locais de trabalho, aumenta ainda mais a disparidade entre servidores ativos e aposentados.

Porém, o pior ataque é, mais uma vez, contra a previdência do servidor. Através de uma manobra, as MP's podem elevar o tempo de contribuição para o funcionário se aposentar com salário integral em até 15 anos. Isso porque as medidas não reestruturam as atuais carreiras, mas criam, formalmente, novas carreiras. De acordo com a reforma da Previdência, o servidor deve trabalhar por pelo menos 15 anos em determinada carreira para receber integralmente o que recebia antes.

"Tudo isso significa que o governo Lula está realizando uma ampla reforma administrativa no serviço público sem absorver qualquer desgaste, a não ser com o próprio funcionalismo", denuncia Paulo Barela, dirigente da Assibge e da direção nacional do **PSTU**.

LUTAR PELAS EMENDAS

Diante desse quadro, os servidores lutam agora pela aprovação das emendas reivindicadas pelas entidades da categoria ao Congresso. As emendas anulam os efeitos perversos das MP's sobre os direitos dos servidores. No entanto, tais medidas só serão aprovadas com uma intensa mobilização do funcionalismo que imponha uma derrota ao governo. *"O desafio agora é garantir essa discussão na base e preparar massivas caravanas a Brasília, superando o imobilismo de parte das direções das entidades"*, afirma Barela.

Além disso, a luta dos servidores não pode se restringir apenas às emendas, mas também reivindicar o reajuste à categoria na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2007, que o Congresso deve aprovar até outubro. A lei rege o orçamento do próximo ano. Portanto, os servidores devem, desde agora, preparar e impulsionar a Campanha Salarial 2007.

> **CALENDÁRIO UNIFICADO DOS SERVIDORES FEDERAIS**
>
> **02/09** - Plenárias Nacionais Setoriais
>
> **03/09** - Plenária Nacional dos SPF's
>
> **De 04 à 06/09** - Caravanas com atividades em Brasília
>
> **05/09** - Atividade centralizada dos SPFs (será definida pela CNESF)

SEMINÁRIO DA CNESF

Logo após a Plenária, nos dias 7 e 8 de agosto, ocorreu o Seminário da Cnesf. Apesar do boicote da CUT e de algumas direções governistas, o seminário foi de extrema importância para a organização da luta da categoria no próximo período. Segundo Barela, *"a luta por recursos do orçamento para reajustes à categoria e a valorização do serviço público deve estar aliada à exigência do não pagamento da dívida pública"*. Tal condição é fundamental não só para o atendimento das reivindicações dos servidores, mas para o cumprimento das reivindicações do conjunto da classe trabalhadora.

JUDICIÁRIO: PROPOSTA DE SP É VITORIOSA

A Conlutas também teve uma importante vitória entre os trabalhadores do judiciário. Nos dias 12 e 13 de agosto, a Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União) realizou uma reunião ampliada da diretoria para deliberar sobre os rumos da mobilização da categoria pela aprovação do projeto que revisa o Plano de Cargos e Salários (PCS), antiga reivindicação da categoria.

Isso porque, apesar de já ter sido fechado um acordo com o governo sobre o orçamento para pagar os servidores, o projeto de lei ainda está empacado na Câmara, que esteve com a pauta trancada até então. Para que o projeto seja aprovado no esforço concentrado da Casa dos dias 4, 5 e 6 de setembro, é preciso uma forte mobilização da categoria.

A assembléia geral do judiciário federal em São Paulo aprovou que levaria à Fenajufe a proposta de retomada da greve nacional a partir do dia 30, quando o projeto completa um ano de tramitação. Os servidores permaneceriam parados nos dias de votação, com nova assembléia ao final do 'esforço concentrado'.

A proposta, levada pelo Sintrajud-SP (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo), que é parte da Conlutas e oposição à direção majoritária da federação, foi aprovada na reunião ampliada e a mobilização deve ser retomada.

Conlutas sai fortalecida de Seminário da Fasubra

Entre os dias 11 e 12 de agosto realizou-se o Seminário da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) da região Sudeste. Ocorrido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o seminário reuniu cerca de 120 pessoas. O evento teve como debate a relação da Federação com a CUT e as alternativas de organização, tal como a situação dos Hospitais Universitários.

O ponto alto do seminário foi a Mesa "Rumos do Movimento Sindical", que reuniu diferentes posições sobre as alternativas à central governista. José Maria de Almeida, o Zé Maria, representou a Conlutas, Jorge Martins (Jorginho) defendeu a Intersindical e Antonio Carlos Spis representou a CUT. A grande maioria das falas do plenário atacou duramente a CUT, reivindicando a Conlutas enquanto real alternativa de luta.

Os ativistas da Conlutas presentes à plenária divulgaram um manifesto assinado por 30 militantes da Coordenação de várias partes do país defendendo a ruptura da Fasubra com a CUT e sua adesão à Conlutas. No segundo dia, a Conlutas realizou uma plenária com a participação de mais de 40 pessoas, aglutinando e fortalecendo a Coordenação no interior da categoria.

DE ACORDO COM A LEI?

MARIÚCHA FONTANA, da redação

Podemos tirar duas conclusões da entrevista dada por Heloísa Helena ao *Jornal Nacional*. A primeira é que, desde o ponto de vista eleitoral, Heloísa se saiu melhor que todos os outros candidatos entrevistados. No dia anterior, Alckmin tinha sido massacrado, acuado o tempo todo pelas perguntas sobre a relação do PSDB com o valerioduto e sobre a onda de criminalidade em São Paulo.

Lula se saiu também muito mal. Ficou na defensiva pelas perguntas sobre corrupção e trocou as bolas dizendo que seu governo "combate a ética" e que "só o salário cai".

Heloísa teve uma postura ofensiva, impondo seus argumentos e não deixando que os jornalistas da Globo controlassem a entrevista. Com isto, seguramente ganhou pontos eleitorais.

No entanto, existe um segundo elemento que não podemos deixar de observar: as posições apresentadas por ela são equivocadas e se chocam com bandeiras importantes do movimento de massas. Vamos tratar de alguns deles aqui.

ASSIM NÃO VAI EXISTIR REFORMA AGRÁRIA

O primeiro dos temas a ser destacado é sua defesa da reforma agrária "de acordo com a lei". Perguntada se iria expropriar tanto os latifúndios improdutivos como os produtivos, o que é defendido no programa do PSOL, disse: *"Eu não posso, meu amor, porque a Constituição proíbe"* e que *"programa de partido trata dos objetivos estratégicos do partido, não tem nada a ver com programa de governo"*.

"Seria impossivel fazer expropriação de terra, a não ser que tenha trabalho escravo ou plante maconha", disse. *"A constituição do país é clara: terra improdutiva é passível de reforma agrária"*, completou.

Vários debates surgem desta afirmação de nossa candidata. As leis atuais servem em geral às classes dominantes, foram feitas para garantir a propriedade privada. Submeter um possível governo Heloísa ao respeito às leis vigentes significa aceitar uma camisa de força da grande burguesia, que impediria qualquer modificação de fundo na realidade brasileira.

No caso da reforma agrária, por exemplo, esse "respeito" significaria aceitar a lei que vem dos tempos de FHC, que impede a desapropriação para fins de reforma agrária de terras que tenham sido ocupadas, contra a qual luta todo o movimento sem terra.

Significa também indenizar os latifundiários com enormes quantias (exigidas pela lei), por terras que foram conseguidas, muitas vezes, por meio de grilagem, falsificação de títulos e corrupção. A expropriação sem indenização dos latifundiários é a única medida que permite que todos os recursos do Estado sejam canalizados para assentar as famílias na terra, financiando a obtenção de instrumentos de trabalho, sementes, a construção de moradias, etc.

Por último, significa aceitar os infinitos recursos jurídicos que os latifundiários e seus representantes no Congresso colocariam para evitar a reforma agrária.

Fazer a reforma agrária "de acordo com a lei" foi a promessa de Lula. Como se demonstrou mais uma vez, de acordo com a lei não se faz reforma agrária.

Se Heloísa queria evitar um problema jurídico para sua candidatura, para não ter que dizer que iria "passar por cima da lei", poderia falar que vai, junto com o movimento de massas, lutar para mudar a lei. Ao contrário, ampliou o "respeito à lei" para enfrentar os outros problemas sociais: *"o que está nas áreas de segurança, saúde e educação, nada pode ser feito além do que a legislação em vigor permite."*

Pois bem, grande parte do movimento sindical brasileiro defende não o respeito, mas a revogação de uma lei, a da reforma da Previdência (que inclusive está no Manifesto da Frente de Esquerda).

> **AS LEIS atuais servem em geral às classes dominantes, foram feitas para garantir a propriedade privada. Se submeter a elas significaria aceitar uma camisa de força da grande burguesia, que impediria qualquer modificação na realidade brasileira**

EXPROPRIAR SÓ OS IMPRODUTIVOS?

Outra discussão diz respeito ao latifúndio produtivo, que Heloísa afirmou que vai respeitar, que não seria parte dos planos de reforma agrária.

O centro da produção do campo brasileiro está no agronegócio, com grandes empresas nacionais e multinacionais (muitas delas ligadas a bancos como o Bradesco, Itaú e Real ou a indústrias como a Mannesman, Belgo Mineira e Votorantin) que ocupam as melhores terras e produzem para a exportação.

Ao não incluir estas empresas na reforma agrária, simplesmente deixa-se de lado a parte central do campo brasileiro. Não se modificaria, então, o agronegócio exportador que controla o campo brasileiro. Seria como fazer um plano para a indústria sem tocar nas grandes empresas multinacionais que a controlam.

RESOLVER OS PROBLEMAS SOCIAIS SÓ PELA INSTITUCIONALIDADE?

Mais adiante, questionada sobre sua posição em relação às ocupações de terras e prédios públicos, disse: *"No meu governo isso não vai acontecer"* e *"A ocupação de terras improdutivas e espaços públicos só se dá quando os governos são tão incompetentes, irresponsáveis e insensíveis com a reforma agrária"*. *"Vamos nos antecipar"*, afirmou Heloísa.

Queremos lembrar que foi esta também a promessa eleitoral de Lula, de que faria a reforma agrária "de uma canetada" e que não seriam necessárias as ocupações.

Na verdade, desta maneira se deixa de lado o recurso da mobilização direta das massas, sem a qual não será feita nenhuma reforma agrária. Enquanto os sem-terras esperaram dos governos a reforma agrária de acordo com a lei, ela não veio. Foram as ocupações de terras que possibilitaram nos últimos vinte anos a desapropriação de uma área maior que o estado do Rio, muito mais do que as desapropriações em muitas e muitas décadas.

O PROGRAMA É UM SÓ

A diferenciação feita por Heloísa entre o programa do partido e do governo é um equívoco. Na verdade, essa postura é tradicional dos partidos da burguesia no Brasil, seguida também pelo PT. A própria Heloísa lutou diretamente contra isso. Ao ser expulsa do PT, denunciou que a única coisa que estava fazendo era defender o programa do partido contra a reforma da Previdência, abandonado quando Lula chegou ao governo. A resposta de então dos petistas era exatamente essa, "uma coisa é o programa do partido, outra do governo". Se o governo – máxima instância do poder político – não for um instrumento para colocar em prática o programa do partido, para que serve o governo?

Grande parte da credibilidade de Heloísa se deve a que milhões de trabalhadores e jovens identificam nela algo diferente dos políticos tradicionais, que prometem uma coisa e fazem outra. Evitemos isso.

ESSE ESPAÇO ESTÁ ABERTO PARA O DEBATE SOBRE A CAMPANHA E O PROGRAMA DA FRENTE DE ESQUERDA

DERROTADO NOS CAMPOS DE BATALHA

CRISE POLÍTICA se instala em Israel e primeiro-ministro é duramente questionado

***JEFERSON CHOMA**, da redação*

Na semana passada, o Conselho de Segurança da ONU aprovou um plano de cessar-fogo e a ocupação do Líbano por tropas multinacionais. A atual resolução é diferente da primeira esboçada por EUA, França e Inglaterra, que provocou um enorme repúdio de todo os povos árabes. Dessa vez, o documento foi negociado com o governo libanês e prevê a gradual retirada das tropas israelenses e da milícia do Hizbollah no sul do país. O plano não fala em desarmamento imediato do Hizbollah, mas aponta para o envio de soldados do Líbano e de 15 mil militares, compostos majoritariamente por soldados do imperialismo francês e italiano, que seriam parte de uma tropa de "paz" das Nações Unidas.

A resolução da ONU é claramente favorável ao agressor sionista. Em nenhum momento condena Israel pelos massacres cometidos contra o povo libanês. Seu objetivo é sair em socorro de Israel, que sofreu uma derrota nos campos de batalha no sul do Líbano, não conquistando nenhum dos seus objetivos militares. Israel, agora, passa por uma grande crise política.

DERROTA

Um mês depois de invadir o Líbano, sob o pretexto de resgatar os soldados capturados pelo Hizbollah, Israel adota o cessar-fogo sem que nenhum objetivo tinha sido conquistado.

O analista britânico Bruce Anderson, que não é nenhum defensor das lutas dos povos árabes, escreveu em um artigo ao jornal *Independent*: *"Israel perdeu essa guerra. Uma vitória israelense requeria três elementos: a destruição da capacidade militar do Hizbollah, a eliminação de sua estrutura de governo autônomo no sul do Líbano e a chegada de uma poderosa força internacional para garantir que o Hizbollah não possa reconstruir suas posições. Nada disso aconteceu".*

Libaneses retornam para as cidades bombardeadas

O quinto exército mais poderoso do planeta pretendia realizar uma guerra relâmpago, como foram a Guerra dos Seis Dias e a do Yon Kipur, ocorridas nas décadas de 60 e 70. Nessa época, as forças militares israelenses derrotaram todos os exércitos árabes da região de uma só vez e ainda ampliaram o seu território. Dessa vez, entretanto, enfrentaram uma bem armada e organizada guerrilha, o que surpreendeu os chefes militares israelenses.

Os ataques aéreos de Israel se revelaram ineficazes contra a milícia de resistência e apenas provocaram o massacre de mais de 1.200 libaneses, a maioria civis – sendo 30% deles crianças com menos de 12 anos.

Além disso, cidades inteiras no Líbano foram destruídas e cerca de 900 mil pessoas tiveram que deixar suas casas. Israel destruiu grande parte da infra-estrutura do país e teve como alvo pontes e estradas que davam acesso aos únicos locais para onde os civis podiam fugir.

No mundo inteiro, particularmente nos países árabes, irromperam manifestações contra a agressão sionista. O assassinato desses civis desgastou a imagem de Israel perante o mundo, e também dos EUA e da Grã-Bretanha, seus fieis aliados no Oriente Médio. *"Morte a Israel e aos EUA"* foram as palavras mais entoadas nessas manifestações.

O massacre de civis mostrou pela primeira vez que Israel só pode sobreviver por meio da opressão e de guerras contra os povos árabes da região.

Percebendo que seu plano militar era insuficiente, Israel convocou reservistas e invadiu o Líbano por terra numa tentativa de aplacar a resistência libanesa. Contudo, suas tropas avançaram muito pouco além da fronteira e sua ofensiva não deteve os bombardeios do Hizbollah contra cidades do norte de Israel. O grupo de resistência chegou a lançar mais de 200 foguetes em apenas um dia.

O custo militar da ofensiva israelense foi bastante alto. Cerca de 116 soldados foram mortos, além de tanques e helicópteros destruídos.

Agora se retiram do campo de batalha sem os soldados seqüestrados, sem destruir o Hizbollah e sua influência sobre a região, sofrendo grandes baixas e, sobretudo, perdendo o mito de sua invencibilidade militar.

O avanço e a permanência de Israel, com tropas terrestres, poderia significar um verdadeiro inferno para eles. Caso resolvessem permanecer sobre esses territórios, teriam que passar da ofensiva para a defesa da região ocupada, uma situação que permitiria ao Hizbollah atacá-los pelos flancos e pela retaguarda, causando ainda mais baixas com mortíferas emboscadas e interrompendo suas linhas de abastecimento.

CRISE INTERNA

A derrota militar de Israel provocou uma tremenda crise política dentro do país. A imprensa se pergunta o que deu de errado na ocupação e como um poderoso exército não consegue vencer um inimigo teoricamente mais fraco.

Muitos jornalistas questionam, inclusive, a permanência do primeiro-ministro Ehud Olmert no seu cargo. *"Olmert deve ir pra casa. Se ele foge da guerra que ele mesmo arquitetou não pode ser primeiro ministro nem por mais um dia"*, escreveu um analista político do *Haaretz*, um dos principais jornais do país.

Embora a maioria absoluta dos israelenses seja favorável à guerra, uma pesquisa do mesmo jornal revela que 51% dos entrevistados estão insatisfeitos com a estratégia adotada por Israel no sul do Líbano. **As famílias dos dois soldados aprisionados pelo Hizbollah e as dos soldados e reservistas mortos começaram a cobrar a responsabilidade pela ausência de seus parentes.**

A crise política em Israel, por outro lado, contrasta com as cenas do Sul do Líbano. Depois do cessar-fogo, milhares de libaneses voltaram as suas casas comemorando a vitória sobre as forças sionistas e com bandeiras do Hizbollah.

ATÉ O ÚLTIMO MINUTO

O cessar-fogo entrou em vigor nas primeiras horas da manhã do dia 14 de agosto. Mas até o último minuto, Israel manteve seus implacáveis bombardeios sobre o Líbano.

Um dia depois da aprovação da resolução da ONU, Israel triplicou o número de soldados para cerca de 20 mil e realizou uma derradeira ofensiva para esmagar a resistência libanesa. Mais uma vez, o exército de Israel tropeçou na férrea resistência do Hizbollah. Entre os dias 12 e 13 de agosto, a guerrilha abateu 29 soldados israelenses – o maior número de baixas sofrido pelos sionistas em 48 horas. Além disso, a guerrilha prosseguiu com seus ataques, e lançou 160 foguetes ao norte de Israel. Comprovando que, apesar de todos os bombardeios aéreos e da ofensiva terrestre israelense, o Hizbollah manteve o seu poder de fogo.

A ofensiva na véspera do cessar-fogo teve como objetivo ampliar o território ocupado pelos soldados israelenses, ampliando assim a "zona de segurança" no sul do Líbano, que pode ser ocupada pelas tropas da ONU.

Também desejavam provocar o maior dano possível contra as forças do Hizbollah, provocando o maior número de baixas entre os seus combatentes. Dessa forma, Israel agiu no sentido de facilitar o trabalho das tropas de ocupação da ONU.

CROMAFOTO

Protesto em São Paulo

NÃO À OCUPAÇÃO!

A ONU adotou uma política de se abster diante dos massacres de Israel, esperando que o exército sionista conseguisse controlar a região com mais facilidade. Vendo que Israel estava sendo derrotado, o organismo internacional, totalmente controlado pelo imperialismo, decidiu pelo cessar-fogo e pelo envio de "forças de paz" para a região. Em outras palavras, a ONU, aliada ao imperialismo norte-americano e europeu, procurou construir uma saída "honrosa" para Israel, que se afundava a cada dia no pântano libanês.

A resolução do Conselho de Segurança da ONU pretende conseguir o que Israel não foi capaz de conquistar no campo de batalha. Condoleezza Rice, secretária de Defesa dos EUA, teve a cara de pau de dizer isso publicamente.

O plano de ocupação da ONU deve ser repudiado pelo povo libanês. Seu conteúdo é uma clara violação da soberania do país e significa uma tentativa de reverter a derrota militar de Israel na mesa de negociação.

A cumplicidade vergonhosa dos governos árabes aliados dos EUA, como os de Egito, Arábia Saudita e Jordânia, ficou clara para todo o mundo árabe e muçulmano. Os libaneses não vão esquecer que durante os mais de 30 dias de agressão, esses governos não ofereceram nenhuma mostra de apoio ou represália contra Israel. Sua posição é agora extremamente débil porque enfrentaram com enorme repressão policial todas as manifestações contra os EUA e Israel realizadas pela população de seus países. Por isso, trataram de impulsionar uma saída via o Conselho de Segurança e Kofi Annan, secretário-geral da ONU, para evitar entrar em choque total com as massas.

Israel perdeu o mito da invencibilidade de seu exército, e mostrou sua vulnerabilidade mesmo nos últimos instantes de guerra, com as mortes dos 29 soldados. Israel está acostumado a impôr a sua "paz" dos cemitérios sobre os povos do Oriente Médio. Essa história, porém, começou a mudar.

O plano também cria condições para que Israel possa organizar uma nova ofensiva sobre o Líbano em um futuro próximo. No primeiro dia de trégua, o primeiro-ministro israelense prometeu *"perseguir até onde for e por todo o tempo"* os líderes do Hizbollah.

Além disso, a resolução da ONU se cala diante da ocupação israelense dos territórios de Shebaa, que pertencem ao Líbano, e sobre os milhares de presos políticos libaneses e palestinos mantidos nos cárceres sionistas.

A aceitação do plano pelo governo do Líbano, por outro lado, revela no mínimo uma capitulação à ONU e aos imperialismos europeu e norte-americano. Pois, apesar do fracasso israelense em ocupar seu território, o governo libanês aceita a violação de sua soberania por tropas do imperialismo europeu, antigos senhores da região. Com um frágil exército, entretanto, será difícil para o governo libanês desarmar o Hizbollah. Caso as tropas de ocupação tentem desarmar o grupo, um novo conflito poderá recomeçar na região.

O grupo de resistência também manifestou acordo com a resolução da ONU, incluindo a entrada de tropas da ONU dirigidas pelos imperialistas europeus, o que abriu espaço para a implementação a resolução que exige seu desarmamento. Por outro lado deixou claro que não pretende debater o seu desarmamento. *"Houve um debate sobre o desarmamento do Hizbollah antes e depois da resolução, mas não quero entrar nesse debate"*, afirmou o líder da organização Hassan Nasrallah. Essas concessões feitas na mesa de negociação podem comprometer a vitória da resistência. É necessário manter a resistência pronta para enfrentar Israel e preparar o inevitável choque com o imperialismo.

A derrota de Israel nos campos de batalha fortalece a luta dos povos árabes da região. Mas a única forma de garantir estabilidade é a derrota completa do imperialismo e de seu Estado policial, Israel. Tal derrota fortaleceria a luta dos libaneses, palestinos e da resistência iraquiana contra a ocupação anglo-americana no Iraque.

CARAVANA PERCORRE SUL DE MINAS GERAIS

JEFERSON MENDONÇA,
de Itajubá (MG)

Nos dias 9 e 10, a Frente de Esquerda em Minas viajou pelas cidades do Sul do estado apresentando a candidata ao governo, a professora Vanessa Portugal, do **PSTU**. Também participaram das visitas Gilberto Gomes, o "Giba", dirigente da Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos, candidato a deputado estadual, e o ex-dirigente do Sindicato dos Bancários e advogado, Sebastião Carlos, o "Cacau", candidato a deputado federal.

Na quarta-feira, dia 9, os candidatos estiveram na cidade de Extrema. Nas principais fábricas metalúrgicas, os candidatos ressaltaram que neste ano os metalúrgicos irão enfrentar dois desafios importantes. A campanha salarial começa já em setembro e, junto com a luta por aumento real de salários, está também a necessidade de votar em candidaturas operárias para apoiar as lutas dos trabalhadores e movimentos organizados. Às 10h, os candidatos fizeram um bate-papo com trabalhadores no sindicato dos metalúrgicos, com apresentação das candidaturas para a imprensa local. À tarde, a caravana passou por Cambuí, chegando até Paraisópolis, onde os candidatos escolheram a portaria da DELPHI (principal metalúrgica da região) para conversar com os trabalhadores. Vanessa destacou que *"a luta por salário, emprego e terra passa também pela luta política. Os trabalhadores têm que dar um basta nos políticos corruptos e no PT, PSDB e PFL"*.

VANESSA PORTUGAL, candidata ao governo pela Frente de Esquerda Socialista, discursa para metalúrgicos

Vanessa disse que *"Alckmin e Lula se comprometeram a aplicar a reforma sindical e trabalhista contra os trabalhadores"*. Cacau, por sua vez, denunciou a tentativa de dividir a categoria metalúrgica da região, com um sindicato fantasma dirigido pela CUT e apoiado pelo governo e pelos patrões, e chamou os trabalhadores a lutarem contra a divisão da categoria.

A caravana seguiu para a cidade de Itajubá, finalizando o dia com a apresentação das candidaturas aos trabalhadores dos estabelecimentos de saúde de Itajubá e Região.

Na quinta-feira, Vanessa, Cacau e Giba, com ativistas e simpatizantes da campanha, passaram por hospitais da cidade e denunciaram a precariedade com que trabalhadores da área de saúde são obrigados a conviver em seus locas de trabalho, às vezes faltando materiais básicos de higiene. Os candidatos também denunciaram o sucateamento da saúde pública em Minas.

Ainda em Itajubá, a caravana percorreu as principais fábricas metalúrgicas, como IMBEL, Mahle, Areva, Fania, AFL. No centro da cidade, os trabalhadores demonstraram apoio às candidaturas operárias da frente em Minas, reforçando a necessidade de votar em Heloisa Helena e não votar em mensaleiros e nos candidatos dos patrões.

Ao final do dia, foi realizada uma reunião com os candidatos e ativistas de campanha, que discutiu a necessidade da formação de um comitê de campanha na cidade, pelo apoio a Heloísa Helena e aos candidatos a Frente de Esquerda Socialista.

RIO DE JANEIRO

ATO LANÇA COMITÊ CYRO E JANIRA

ALEXANDRE BARBOSA "XANDÃO",
do Rio de Janeiro (RJ)

No dia 9 de agosto, foi lançado na sede estadual do **PSTU-RJ** mais um comitê da Frente de Esquerda. Desta vez foi a dobrada Cyro Garcia a deputado federal pelo **PSTU** e Janira Rocha a deputada estadual pelo PSOL-MTL.

A atividade refletiu a empolgação da militância com o crescimento da campanha da frente e destas candidaturas proporcionais. Cerca de 60 pessoas estiveram presentes. Entre eles se destacavam os ativistas e dirigentes do SINDSPREV-RJ, SEPE (sindicatos que já romperam com a CUT) e lideranças do funcionalismo público estadual, além dos militantes das duas organizações.

As intervenções foram no marco da unidade daqueles que já constroem a Conlutas, a Frente de Esquerda e renegam qualquer apoio da família Garotinho a candidaturas da frente. Foi encaminhado um manifesto do funcionalismo público estadual "Com Heloísa Helena, sem Garotinho. A frente é de esquerda" que teve apoio dos presentes.

Além disso, houve uma moção de solidariedade à companheira Isabel Cristina, dirigente da seguridade social, agredida covardemente pela guarda municipal de Duque de Caxias em uma greve dos trabalhadores da saúde. Após o ato político houve uma confraternização no comitê de Janira Rocha.

CAMPANHAS DOS ESTADOS LANÇAM BLOGS

Internet terá sites regionais e especial no portal do PSTU

Nesta eleição, a internet deve ocupar um espaço ainda mais importante, na divulgação das propostas e fortalecimento da campanha. Tanto é assim que os principais candidatos a Presidência já tem o seu portal, incluindo a candidata da Frente de Esquerda, Heloísa Helena.

Na semana passada, o PSTU lançou os primeiros de seus blogs de campanha, o de Minas Gerais. O formato de blog foi escolhido por melhor se adaptar a velocidade que as campanhas tem assumido, com várias atividades. A experiência foi feita pelo partido com sucesso durante a copa do mundo, no blog arquibancada. Agora, as campanhas de Minas, de Vanessa Portugal, Cacau e Giba, terão uma cobertura em tempo real. O blog ainda possui agenda, programa e galeria de fotos. Também há uma área para organizar as pessoas que têm se aproximado da campanha, seja como apoiadores de Heloísa e dos candidatos ou para conhecer o PSTU.

O blog de Minas é o primeiro. Ainda nesta semana, Rio de Janeiro e São Paulo irão estrear os seus. E o portal do PSTU ganhará um especial, com a relação de todos os candidatos do país, artigos, notícias e vídeos. Também está sendo preparada uma área onde as pessoas poderão enviar postais para os conhecidos, recomendando candidatos, reforçando o que já vem sendo feito em listas de e-mails.

ENDEREÇOS

MG
www.vanessaportugal.org.br
www.cacau1616.org.br
www.pstumg.org.br

RJ
www.cyrogarcia.org.br
www.psturj.org.br

SP
www.pstusp.org.br